

INSTITUTO BRF

RELATÓRIO DE
ATIVIDADES 2018



O INSTITUTO

O Instituto BRF, criado em 2012, é responsável por construir uma agenda de promoção de desenvolvimento local e cidadania corporativa por meio do voluntariado, realizando ações de impacto social positivo nas comunidades das quais a BRF faz parte. Em 2018 o Instituto passou a fazer parte da governança da Vice-Presidência de Recursos Humanos da BRF com a finalidade de levar conhecimento de impactos sociais e *expertise* para dentro do negócio e contribuir para o desenvolvimento das competências necessárias para a atuação voluntária de alto impacto social. A aproximação e o diálogo com as áreas de Cultura, Comunicação Interna e Engajamento também ajudam a reforçar a relevância do olhar social para a cultura BRF.

A atuação do Instituto BRF se baseia em dois dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU):

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares



11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis



FORMA DE ATUAÇÃO

Nosso trabalho é voltado a reforçar o protagonismo comunitário, gerar conhecimentos técnicos e especializados e melhorar serviços sociais prestados à população. Outra atividade que desenvolvemos consiste em assessorar a companhia para o cumprimento de suas obrigações que dialogam com o tema social ou suas comunidades.

Atuamos como referência em inteligência social para a BRF, definindo as estratégias que norteiam o investimento social da companhia nas comunidades onde a empresa está presente. Atuamos de forma conjunta com as áreas de negócio para encontrar oportunidades na promoção de impacto social positivo nas comunidades e na sociedade em geral.

Em 2018, 33 municípios no Brasil contaram com os Comitês de Investimento Social, corresponsáveis pela gestão dos recursos e projetos em benefícios às comunidades existentes onde estão as unidades produtivas, sedes administrativas e centros de distribuição. Compostos por funcionários de diversas áreas da BRF, esses grupos auxiliam ainda a disseminar a cultura do relacionamento com comunidades e da responsabilidade social.

Em 2018 focamos em três formas de atuação para por meio do voluntariado:

SENTIDOS E SABORES

Promoção de uma vida integrada por meio de hábitos alimentares equilibrados.

FUNDO DE PROJETOS

Fomento a projetos de desenvolvimento local de acordo com a realidade de cada território.

AÇÕES MOBILIZADORAS

Ações voluntárias de curta e média duração para promover pautas solidárias, engajamento e cidadania entre colaboradores e comunidades.

SENTIDO E SABORES

Por meio do Programa Voluntários BRF, que é transversal a todo o trabalho do Instituto, implementamos o projeto Sentido e Sabores em associações de municípios, organizações e outras instituições. O foco deste projeto é abordar o tema da alimentação de forma lúdica e adaptada a diferentes públicos para promover comunidades mais saudáveis.

FUNDO DE PROJETOS

Demos continuidade ao programa “Fundo de Projetos”. Em 2018, firmamos 19 parcerias com organizações sociais, escolas, associações de moradores, garantindo relevância local para as atividades desenvolvidas.



Os Comitês de Investimento Social tiveram a possibilidade de criar e liderar projetos de relevância social, construídos com parceiros locais.

RECICLAÇÃO

Outro destaque do ano foi o Projeto Reciclação, que desde 2013 promove educação ambiental, mobilização comunitária e gestão de resíduos sólidos, com o objetivo de erradicar riscos socioambientais no Morro dos Prazeres, no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. A metodologia foi reconhecida pela Agência Ambiental do Governo dos Estados Unidos (IPA) e ganhou a chancela de Tecnologia Social pela Fundação Banco do Brasil. Em 2018 foi concluído o apoio financeiro do Instituto BRF ao projeto e o Instituto passará a integrar sua estrutura de governança, em construção.

2018 EM NÚMEROS

3 MIL VOLUNTÁRIOS

mobilizados por meio de ações para beneficiar as comunidades.

MAIS DE 400 AÇÕES

realizadas ao longo do ano.

100 MIL PESSOAS beneficiadas pelas ações do Instituto BRF.

33 CIDADES contaram com a atuação constante do Instituto por meio dos Comitês de Investimento Social.



PRESENÇA LOCAL

Nossas lideranças seguiram envolvidas e ativas no engajamento e na mobilização de colaboradores, novos parceiros e membros das comunidades locais. Em 2018 estivemos presentes em 36 municípios, em 33 com Comitês e outros com grupos espontâneos que se uniram para realizar ações voluntárias.

Juntos, o Instituto BRF e os Comitês de Investimento Social, potencializaram seus impactos sociais, econômicos e ambientais. Em 2018, foram realizadas 447 ações sociais, com monitoramento contínuo e avaliações anuais de cada projeto implementado nos municípios. O envolvimento do Instituto se estende aos diversos grupos de trabalho multidisciplinares, das áreas corporativas e das unidades de negócio, trabalhando o gerenciamento dos impactos sociais da operação e a promoção de melhorias nas vidas das comunidades.

Durante a campanha anual de ações voluntárias, realizada em agosto, 36 localidades no Brasil, dez na América Latina, quatro na Ásia, três na Europa e uma na África tiveram ações de voluntariado corporativo, totalizando 11 países alcançados (Argentina, Brasil, Chile, Áustria, Reino Unido, Holanda, Tailândia, Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul e África do Sul). Apesar de não investir no exterior, o Instituto BRF fez a coordenação estratégica da campanha em todo o mundo.

Por meio da campanha de doação anual de Chester Perdigão, em parceria com o Programa Mesa Brasil, do SESC, foram beneficiados 14 estados: AM, BA, CE, ES, GO, MG, MT, PA, PE, PR, RJ, RS, SC e SP.

VISÃO DE FUTURO

Para 2019, o desafio do Instituto BRF é expandir sua atuação por meio de uma nova estratégia de investimento social. A partir de um processo de revisão de propósito e cultura da BRF, o posicionamento do Instituto e sua forma de geração de valor para a sociedade adotarão novos modelos, mantendo o vínculo com o desenvolvimento comunitário.

Essa evolução ocorrerá partindo de um processo de revisão de governança, avançando para um planejamento estratégico e será concluída com um plano de posicionamento institucional. Dessa forma, o Instituto poderá ampliar sua contribuição para o legado que a BRF constrói nas comunidades das quais faz parte.

MODELO DE GESTÃO

O Instituto BRF é uma associação privada de interesse público fundada pela BRF para direcionar de forma estratégica os investimentos sociais da Companhia. É qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e atua tanto por meio de recursos próprios, doados pela BRF, quanto pela orientação do investimento de recursos incentivados por meio de leis estaduais. Suas atividades passam por auditoria financeira anual. Em 2018, selecionou dois projetos para apoio via Lei do Esporte do Estado de São Paulo: um da Associação Internacional de Interesse à Humanidade, em Embu das Artes, e outro realizado pela Fundação Gol de Letra, na cidade de São Paulo.

Os projetos são selecionados ou criados a partir do diálogo com as comunidades onde a BRF mantém seus negócios, buscando gerar valor compartilhado. Tanto as Ações Mobilizadoras quanto o Fundo de Projetos e o Projeto Sentidos e Sabores são realizados por meio dos Comitês de Investimento Social, que são grupos de colaboradores das unidades produtivas, sedes administrativas e centros de distribuição capacitados para conduzir o diálogo com as comunidades locais e propor, de maneira conjunta, as atividades que são realizadas em cada território. Desta forma, garantimos o engajamento dos voluntários, a relevância e a legitimidade dos projetos realizados.

As decisões estratégicas sobre investimentos e projetos são tomadas mediante discussões relacionadas aos temas, incluindo análise de dados de plataformas e de índices como o ISE (B3 – Brasil, Bolsa e Balcão), Dow Jones Sustainability Index e Censo GIFE. O Benchmarking de Investimento Social Corporativo (BISC) também é outra ferramenta de gestão que direciona práticas de acordo com as tendências e experiências positivas do mercado. Além de participar do BISC, o Instituto é associado à RedEAmérica e ao GIFE, buscando manter publicamente o compromisso do investimento social corporativo junto às comunidades, fomentando a atuação responsável de sua empresa mantenedora.

A governança do Instituto BRF é composta pela Assembleia, que reúne seus associados anualmente, um Conselho Fiscal e uma diretoria dividida entre Diretor Presidente e Diretoria Executiva. Seus principais voluntários são os Comitês de Investimento Social, que participam ativamente da concepção das estratégias de atuação.



DIRETOR PRESIDENTE

Alessandro Rosa Bonorino

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcela Hitomi Toguti (2018), Alessandro Rosa Bonorino (2018), Hermano Breckenfeld (2018), Raquel Ogando (2018/2019)

CONSELHO FISCAL

Alexandre Caratti, Elcio Ito, Marcos Badollato

EQUIPE

Andréa Henriques, Bárbara Azevedo, Gabriele Cristhine Cândido e Maria Araújo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores do
Instituto BRF
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto BRF (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto BRF em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

- Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

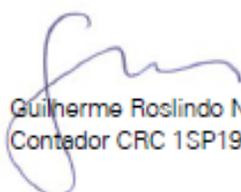
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-8



Guilherme Roslindo Nunes
Contador CRC 1SP195631/O-1

Instituto BRF

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.458	1.280
Adiantamentos diversos		-	4
		<u>1.458</u>	<u>1.284</u>
Total do ativo		<u><u>1.458</u></u>	<u><u>1.284</u></u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		49	284
Obrigações trabalhistas	5	45	74
Impostos a recolher		9	15
		<u>103</u>	<u>373</u>
Patrimônio líquido			
Patrimônio Social	7	911	2.688
Superávit (Deficit) acumulado		444	(1.777)
		<u>1.355</u>	<u>911</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.458</u></u>	<u><u>1.284</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto BRF

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receitas operacionais			
Contribuições e doações recebidas	8	1.829	1.103
Serviços voluntários	10	34	203
Total das receitas operacionais		<u>1.863</u>	<u>1.306</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais aplicadas em projetos	9	(968)	(2.351)
Serviços voluntários	10	(34)	(203)
Despesas gerais e administrativas	11	<u>(510)</u>	<u>(719)</u>
Total das despesas operacionais		<u>(1.512)</u>	<u>(3.273)</u>
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras líquidas		<u>351</u>	<u>(1.967)</u>
Receitas financeiras	12	<u>93</u>	<u>190</u>
Superávit (Deficit) do exercício		<u>444</u>	<u>(1.777)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto BRF

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Superávit (Déficit) do exercício	<u>444</u>	<u>(1.777)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>444</u></u>	<u><u>(1.777)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto BRF

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávit (Déficit) acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.719	969	2.688
Incorporação ao patrimônio social	969	(969)	-
Déficit do exercício	-	(1.777)	(1.777)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.688	(1.777)	911
Incorporação ao patrimônio social	(1.777)	1.777	-
Superávit do exercício	-	444	444
Saldo em 31 de dezembro de 2018	911	444	1.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto BRF

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	444	(1.777)
Varição nos ativos e passivos		
Outros créditos	4	(3)
Fornecedores	(235)	(36)
Obrigações trabalhistas	(29)	(13)
Impostos a recolher	(6)	2
Fluxo de caixa líquido originado das (utilizado nas) atividades operacionais	<u>178</u>	<u>(1.827)</u>
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u>178</u>	<u>(1.827)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>1.280</u>	<u>3.107</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>1.458</u></u>	<u><u>1.280</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

O Instituto BRF (“Instituto” ou “Entidade”) é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 20 de abril de 2012, domiciliada na Rua Hungria, 1.400 - 5º andar - Jardim Europa - São Paulo - SP, cujo início do recebimento das doações deu-se a partir de outubro de 2012. O Instituto BRF tem como papel contribuir para que a BRF S.A. (“BRF”) seja uma Empresa global comprometida com a promoção do desenvolvimento local das comunidades das quais faz parte. Seu trabalho consiste em coordenar os investimentos sociais da BRF de forma que sejam relevantes para a sociedade como um todo.

O modelo de atuação do Instituto BRF tem por premissa fortalecer o protagonismo dos parceiros e colaboradores da BRF focando a melhoria da qualidade de vida das comunidades; com isso, as ações realizadas contribuem para oferecer oportunidades de educação e lazer, promovendo ocupação e transformação de espaços públicos coletivos e a transferência de conhecimento (inclusive técnico/especializado), buscando mudanças positivas de hábitos e com foco na melhoria dos serviços prestados.

Os gestores dos projetos sociais desenvolvidos se reúnem periodicamente com a equipe do Instituto BRF, por conferência, a fim de acompanhar indicadores do trabalho e tomar decisões de forma participativa. O Conselho do Instituto BRF é composto de lideranças da BRF, e as gerências locais são envolvidas nos processos e estruturas de governança.

O orçamento aprovado do Instituto BRF para o ano de 2019 assegura a continuidade de suas operações em níveis equivalentes aos realizados nos anos anteriores.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de abril de 2019. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Instituto no qual o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. De acordo com a avaliação feita pela Administração, não existiram impactos na aplicação desses novos pronunciamentos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Instituto são apresentadas em Real, que é a sua moeda funcional.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

(i) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo na data do evento ou da mudança nas circunstâncias que causou a transferência.

3 Principais Políticas Contábeis

Exceto pela aplicação pela primeira vez dos novos pronunciamentos incluídos na Nota 2.a, o Instituto aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b. Apuração do superávit ou déficit

As receitas do Instituto são provenientes de doações que são registradas somente quando recebidas. O principal mantenedor do Instituto para o ano de 2018 e 2017 foi a BRF S.A.

As despesas relacionadas aos projetos são reconhecidas pelo regime de competência.

c. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultados (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Instituto pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Instituto pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

O Instituto realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Instituto;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Instituto.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Instituto considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Instituto considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Instituto a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os

juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

O Instituto classificou o ativo financeiro na seguinte categoria:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como;

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos para venda	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Instituto realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d. Imposto de renda e contribuição social

O Instituto, em razão de não ter fins lucrativos, não está sujeito ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit apurado em função de gozar de isenção tributária.

e. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade de sem finalidade de lucros, o Instituto apresenta a seguir a relação de tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

São considerados objetos da renúncia os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e COFINS de 7,6% - regime não cumulativo); incidentes sobre as despesas com a folha de pagamento (PIS de 1%); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL de 34%).

f. Patrimônio Social

Constituído por doações recebidas acrescidos ou diminuídos do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

g. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Instituto esperar que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. As despesas relativas a qualquer provisão são apresentadas na demonstração de resultado, líquida do respectivo reembolso, se existir.

h. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras do Instituto requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

i. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do instituto:

- Arrendamentos (IFRS 16).
- Ciclos de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017- várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Bancos	-	1
Aplicações financeiras	1.458	1.279
	1.458	1.280

As aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa, compostas por Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"). Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações foram remuneradas por taxas médias de 94% da variação do Certificado de Depósito Interbancário.

5 Obrigações trabalhistas

	2018	2017
Salários e férias a pagar	27	44
NSS a recolher	14	22
FGTS a recolher	4	8
	45	74

6 Remuneração da Administração

O Estatuto Social do Instituto possui previsão de não remuneração dos membros da alta administração do Instituto. O Instituto não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

7 Patrimônio líquido

Conforme estatuto social, o Instituto deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participações no seu superávit. O superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio líquido após deliberação em AGO (Assembleia Geral Ordinária).

8 Contribuições e doações

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Instituto recebeu doações de sua sociedade mantenedora, assim demonstradas, que se mantém para investimento conforme demanda.

	2018	2017
BRF S.A.	1.829	1.103

9 Despesas gerais aplicadas em projetos

Os programas e projetos vigentes em 2018 foram:

	2018	2017
Projetos de Desenvolvimento Comunitário (a)	565	1.273
Reciclagem (b)	36	201
Institucional (c)	275	400
Aniversário BRF (d)	21	42
Fundo de Conscientização no Trânsito (e)	27	46
Esporte é Alimento (f)	-	329
Desenvolvimento de Equipe (g)	5	9
Encontro de coordenadores (h)	39	49
Comitês	-	2
	968	2.351

A seguir apresentamos a composição das despesas gerais aplicadas nas principais atividades do Instituto:

	Projetos de Desenvolvimento Comunitário (a)	Reciclagem (b)	Institucional (c)	Aniversário BRF (d)	Fundo de Conscientização no Trânsito (e)	Esporte é Alimento (f)	Desenvolvimento de Equipe (g)	Encontro de coordenadores (h)	Comitês	Total
2017										
Doações e colaborações a terceiros	1.020	201	56	4	46	329	-	-	-	1.656
Gerais e administrativas	5	-	123	19	-	-	9	49	2	207
Prestação de serviços de terceiros	156	-	-	-	-	-	-	-	-	156
Publicidade, propaganda e pesquisas	92	-	221	19	-	-	-	-	-	332
	1.273	201	400	42	46	329	9	49	2	2.351
2018										
Doações e colaborações a terceiros	473	36	104	19	27	-	-	-	-	659
Gerais e administrativas	-	-	32	2	-	-	5	39	-	78
Prestação de serviços de terceiros	86	-	-	-	-	-	-	-	-	86
Publicidade, propaganda e pesquisas	6	-	139	-	-	-	-	-	-	145
	565	36	275	21	27	-	5	39	-	968

a. Projetos de Desenvolvimento Comunitário

A maior parte do trabalho desenvolvido pelo Instituto BRF acontece por meio da atuação dos Comitês de Investimento Social, grupos de colaboradores das unidades BRF que participam da criação e da gestão de projetos de Desenvolvimento Comunitário. Esses projetos são planejados e executados através do Programa Voluntários BRF.

O Programa Voluntários BRF tem como objetivo viabilizar a participação voluntária em processos de mobilização e transformação social positiva dos colaboradores da BRF, engajando-os em projetos de relevância local, desde 2017, em três frentes específicas: Ações Mobilizadoras, Fundo de Projetos e Projeto Sentidos e Sabores. Voluntários dedicaram-se a participar das ações promovidas pelos Comitês nos parceiros e projetos locais. Em 2018, foram realizadas ações voluntárias ao longo do ano pelos Comitês de Investimento Social e Voluntários BRF no Brasil, com replicação do modelo de ação por unidades da BRF em mais dez países.

Por meio do Programa Voluntários BRF foram realizados projetos de promoção do desenvolvimento local, estruturados, selecionados e apoiados por meio do Fundo de Projetos: um fundo em que os projetos propostos pelos Comitês em parceria com instituições locais recebiam apoio financeiro e técnico para serem realizados ao longo do ano. Dos 20 projetos executados, 10 participaram da terceira edição do Desafio Voluntários BRF, uma competição de vídeos sobre os projetos em que, os dois mais votados, seriam premiados. Assim, por avaliação técnica e por número de curtidas no site da competição, os projetos e as instituições parceiras dos municípios de Chapecó (SC) e Capinzal (SC) foram premiados e receberam investimentos para a continuidade das ações.

Além dos projetos do Fundo de Projetos, os Voluntários BRF também exerceram suas atividades por meio das Ações Mobilizadoras e o Projeto Sentidos e Sabores. As Ações Mobilizadoras são participações voluntárias em ações pontuais de cunho social. Já o Projeto Sentidos e Sabores é um programa estruturado de oficinas que buscam sensibilizar seus participantes para uma melhor relação com a alimentação; o programa é realizado em parceria com instituições sociais e educacionais nos municípios, realizado com protagonismo dos voluntários, que são capacitados para ministrar as oficinas, e foi concebido em parceria entre o Instituto BRF e o CREN (Centro de Recuperação e Educação Nutricional). A forma de incidência em projetos de desenvolvimento comunitário do Instituto BRF está sendo avaliada para ser aprimorada, o que deverá impactar em novas metodologias e projetos em 2019.

b. Reciclação

O Reciclação, projeto de educação ambiental, mobilização comunitária e gestão de resíduos sólidos, tem como objetivo erradicar os riscos socioambientais no Morro dos Prazeres, localizado em Santa Teresa (RJ), por meio de parceria entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada.

Suas ações propõem uma mudança de comportamento, com ampliação da consciência ambiental e engajamento dos moradores da comunidade, por meio de processos educativos e de mobilização, para que façam a correta gestão de seus resíduos e promovam a reciclagem. Os resíduos encaminhados para reciclagem são vendidos a recicladoras parceiras e geram recursos que a própria comunidade reinveste em projetos locais, promovendo melhoria nas condições de vida. A participação do Instituto BRF com aportes financeiros realizados por meio de doação ao parceiro (CEDAPS) ao projeto foi concluída em 2018.

c. Institucional

Para realizar as atividades do Instituto BRF e garantir uma execução adequada dos programas e projetos, são realizados investimentos em estrutura, cotas associativas, viagens e eventos de relacionamento, além de comunicação institucional, planejamento e gestão. Desde 2014, todas despesas com viagens, comunicação, planejamento e gestão passaram a compor o pacote institucional e não são mais separadas por projetos ou programas.

d. Aniversário BRF

A BRF comemorou 84 anos em 2018 e, pelo terceiro ano consecutivo, a data foi comemorada por voluntários de toda a Instituto num esforço conjunto de realização de diversas ações sociais. Ações foram realizadas em comunidades, creches, ONGs, escolas e outras instituições no Brasil e no exterior.

e. Fundo de Conscientização no Trânsito

O Instituto BRF possui uma parceria com a área de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da BRF (SSMA) para promover a conscientização de motoristas e comunidades a respeito de ações seguras no trânsito. O projeto prevê que a BRF doe ao Instituto BRF 10% do valor que seria pago às transportadoras prestadoras de serviços referentes a sinistros resultantes de comprovada negligência dos seus motoristas. Os recursos arrecadados são encaminhados para um fundo de ações voluntárias relacionadas à educação para o trânsito como, por exemplo, uso de vias adequadas, palestra de conscientização em escolas, organização de visita a hospitais que atendem vítimas de acidentes de trânsito.

f. Esporte é Alimento

O projeto Esporte é Alimento foi uma iniciativa realizada no município de Rio Verde (GO) para promover a prática esportiva e a atividade física como meios para a melhoria da qualidade de vida para a população local. No projeto foram capacitados profissionais locais em projetos de atividade física para beneficiar a população, além de realizados giros esportivos, que eram mutirões de atividades esportivas e ao ar livre para incentivar uma vida saudável, fomentando a inclusão social e de gênero neste tipo de atividade. O projeto, realizado por meio de aporte financeiro ao parceiro (Fundação Gol de Letra) foi concluído em 2017.

g. Desenvolvimento de Equipe

Capacitar e promover a integração entre os membros da equipe do Instituto é uma forma de prezar pela qualidade contínua de seu trabalho, por isso investe-se em desenvolvimento de equipe fomentando o desenvolvimento institucional.

h. Encontro de coordenadores

Com o objetivo de capacitar, reunir experiências, avaliar as atividades do ano presente e planejar as atividades do ano seguinte, o Encontro de Coordenadores é realizado com os coordenadores dos Comitês de Investimento Social.

10 Serviços Voluntários

Em 2012, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a ITG 2002 que menciona a necessidade de contabilização dos “serviços voluntários” utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

A entidade mensurou o custo do serviço voluntário dos Conselheiros e dos voluntários aos projetos/ações do Instituto, de forma a considerar o que efetivamente seria desembolso financeiro com base nas Atas de reuniões e natureza dos trabalhos desempenhados pelos voluntários, contabilizados em conta de receitas e despesas.

Para mensuração dos serviços voluntários foi estabelecido o cálculo com base no salário mínimo vigente e o total de horas dispendidas nas execuções dos projetos por todos os voluntários.

	2018	2017
Serviços Voluntários - Conselheiros	11	63
Serviços Voluntários nos projetos/ações	23	140
	<u>34</u>	<u>203</u>

11 Despesas gerais e administrativas

Despesas com pessoal	398	578
Despesas com tributos	14	55
Despesas com honorários de auditoria	38	44
Despesas com honorários contábeis	40	36
Despesas com honorários advocatícios P.J.	7	-
Despesas com transporte/serviços de entrega	2	1
Outras despesas administrativas	11	5
	<u>510</u>	<u>719</u>

12 Receitas Financeiras

	2018	2017
Receitas de aplicações financeiras	<u>93</u>	<u>190</u>

13 Instrumentos financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

O Instituto não efetua aplicações de caráter especulativos em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração do Instituto.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Instituto foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado, bem como de metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

a. Instrumentos financeiros

Todas as operações com Instrumentos Financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras do Instituto, conforme o quadro a seguir:

Descrição	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	<u>1.458</u>	-	<u>1.280</u>	-
Passivos				
Fornecedores	-	<u>49</u>	-	<u>284</u>

Gerenciamento de risco financeiro

O Instituto apresenta exposição de riscos advindos do uso de instrumentos financeiros.

Adicionalmente, o valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Valor contábil	
	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	1.458	1.280
Total	1.458	1.280

O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa está limitado às contrapartes com notas de crédito consideradas como Grau de Investimento. A concentração do risco e quaisquer aplicações com contrapartes de notas inferiores ao Grau de Investimento são monitoradas constantemente, conforme classificação de rating e concentração do portfólio do Instituto, em linha com os requisitos aplicáveis de redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2018, o Instituto mantinha aplicações financeiras na instituição financeira Banco do Brasil.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Tipicamente, o Instituto garante que possui caixa à vista suficiente para poder cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de até 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros incorridos e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor contábil	6 meses ou menos
Ativos financeiros não derivativos		
Caixa e equivalentes de caixa	1.458	1.458
	1.458	1.458
Passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	49	49
	49	49

Valor justo

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações, a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

* * *

Alessandro Rosa Bonorino
Diretor presidente

Fernanda Natalino
Contadora
CRC 1SP144709/O-3